

Educação Financeira na Escola e Formação Docente: Evidências em Municípios Cearenses

Raony Bourscheidt Rossetti[†], Alexandre Dellamura Sarmento, Jaqueline Bourscheidt Rossetti, Inácio Cordeiro Alves, Maurício Fernandes Pereira^a

^aUniversidade Federal de Santa Catarina, Brasil • [†]Autor correspondente: raony@melver.com.br

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Palavras-chave:

Educação financeira
Formação docente
Professores
Educação básica
Políticas educacionais

RESUMO

A inserção da educação financeira no currículo escolar brasileiro ampliou a necessidade de preparo docente para o tratamento de temas relacionados ao consumo, crédito, poupança e planejamento financeiro. Nesse contexto, o presente estudo analisa se professores da educação básica se encontram preparados para lecionar educação financeira, identificando lacunas formativas e os efeitos de ações de formação continuada. O referencial teórico apoia-se em estudos sobre educação financeira, formação docente e políticas educacionais voltadas a temas contemporâneos no ambiente escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa descritiva e análise qualitativa complementar, baseada em dados coletados em processos formativos realizados em cinco municípios brasileiros, envolvendo aproximadamente 400 professores. Os resultados indicam que parcela relevante dos docentes apresentava insegurança conceitual, associação restrita da temática à disciplina de Matemática e limitado domínio sobre produtos bancários e instrumentos de investimento. Por outro lado, observou-se elevada receptividade ao tema, boa adesão às formações e aumento da confiança pedagógica após o acompanhamento realizado. Conclui-se que a educação financeira escolar demanda políticas permanentes de formação docente, capazes de qualificar o trabalho pedagógico e fortalecer a relação dos professores com o próprio tema.

1. Introdução

A educação financeira tem ocupado espaço crescente no debate público brasileiro nas últimas décadas, especialmente em razão do aumento do endividamento das famílias, da ampliação do acesso ao crédito e da maior complexidade das decisões econômicas presentes no cotidiano. Temas como consumo, juros, cartão de crédito, financiamento, poupança e planejamento de longo prazo passaram a influenciar de forma mais intensa a vida das famílias brasileiras, exigindo conhecimentos que nem sempre foram desenvolvidos ao longo da trajetória escolar. Em um contexto marcado por elevados índices de inadimplência e fragilidade financeira de parte significativa da população, a difusão de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais tornou-se relevante não apenas no plano individual, mas também no campo social e educacional.

No Brasil, essa discussão ganhou novo impulso com a incorporação da educação financeira ao ambiente escolar por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância do tema na formação dos estudantes. A presença da educação financeira na escola amplia as possibilidades de abordagem de conteúdos relacionados ao consumo responsável, à organização do orçamento, ao uso consciente do crédito e à construção de projetos de vida, baseados em longo prazo. Trata-se de um campo que dialoga com diferentes componentes curriculares e permite conexões com Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Humanas.

Entretanto, a inclusão do tema no currículo escolar trouxe consigo um desafio relevante: a preparação dos professores responsáveis por conduzir esse processo. Grande parte dos docentes da educação básica não recebeu, em sua formação inicial, conteúdos relacionados à economia doméstica, ao sistema financeiro, ao mercado bancário ou ao planejamento financeiro pessoal. Em muitos casos, a educação financeira ainda é compreendida de forma restrita, sendo associada apenas à disciplina de Matemática ou a conteúdos ligados a investimentos e ao mercado de capitais. Essa percepção limitada pode dificultar abordagens mais amplas e conectadas à realidade cotidiana dos estudantes.

Nesse cenário, a formação continuada de professores assume papel importante. Programas de capacitação podem contribuir para ampliar a segurança conceitual dos docentes, oferecer estratégias pedagógicas adequadas e apresentar caminhos interdisciplinares para o tratamento do tema em sala de aula. Além disso, a formação continuada pode beneficiar o próprio professor em sua relação pessoal com o dinheiro, fortalecendo práticas de organização financeira, poupança, construção de reserva de emergência, investimentos e tomada de decisão econômica. Assim, o docente deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa também a integrar o público beneficiado por esse processo formativo.

Apesar da expansão da educação financeira nas redes de ensino, ainda são limitados os estudos que analisam empiricamente como professores da educação básica percebem esse tema, quais dificuldades apresentam no momento

inicial de implementação e quais resultados podem ser observados após ações de formação. Investigações dessa natureza são relevantes porque permitem compreender obstáculos enfrentados pelas escolas e identificar caminhos mais consistentes para a consolidação da política educacional.

Diante disso, o presente estudo analisa evidências obtidas em processos de formação realizados em cinco municípios brasileiros, envolvendo aproximadamente 400 professores da educação básica e da rede pública municipal cearense (cerca de 20% da quantidade de professores para os cinco municípios). O objetivo é investigar se os docentes se encontravam preparados para lecionar educação financeira, identificar as principais lacunas observadas e examinar os efeitos da formação continuada sobre a confiança pedagógica e sobre a relação dos participantes com o próprio tema.

2. Fundamentação Teórica

A educação financeira tem sido compreendida, nas últimas décadas, como um elemento relevante para o fortalecimento da autonomia econômica dos indivíduos e para a melhoria da qualidade das decisões relacionadas ao consumo, à poupança, ao crédito e ao planejamento de longo prazo. Em um cenário marcado pela ampliação da oferta de produtos financeiros e pela maior complexidade das escolhas econômicas do cotidiano, alguns organismos internacionais passaram a defender políticas permanentes de formação da população nessa área. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020) define a educação financeira como processo voltado ao aprimoramento da compreensão dos consumidores sobre conceitos e riscos financeiros, favorecendo escolhas mais seguras e com maior consciência.

Financial education is the process by which financial consumers/investors improve their understanding of financial products, concepts and risks and, through information, instruction and/or objective advice, develop the skills and confidence to become more aware of financial risks and opportunities, to make informed choices, to know where to go for help, and to take other effective actions to improve their financial well-being (OECD, 2020).

A literatura especializada também associa maiores níveis de educação financeira a melhores decisões econômicas. Para Lusardi e Mitchell (2014), indivíduos com maior domínio de conceitos financeiros tendem a apresentar condutas mais adequadas em relação à poupança, aposentadoria e uso do crédito. Em sentido oposto, baixos níveis de letramento financeiro costumam estar relacionados ao endividamento excessivo, à baixa capacidade de planejamento e à maior vulnerabilidade diante de imprevistos econômicos.

No caso brasileiro, essa discussão ganha relevância diante do quadro persistente de fragilidade financeira das famílias. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, apontou que 80,4% das famílias brasileiras declaravam possuir dívidas em março de 2026, enquanto 29,6% informavam contas em atraso e 12,3% afirmavam não ter condições de quitar seus débitos vencidos (CNC, 2026). Em complemento, levantamentos da Serasa indicam contingente expressivo de consumidores inadimplentes no país, revelando que o tema ultrapassa a esfera privada e assume relevância social.

Em levantamento realizado pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados de Financeiro e de Capitais) em março de 2026, observou-se que 31% dos brasileiros não possuem qualquer tipo de reserva financeira. Em relação àqueles que possuem algum recurso, 10% dos entrevistados contam com alguma soma para utilizar apenas durante uma semana. Cerca de outros 10% têm recursos para cobrir seus gastos por um mês, além de 12% conseguirem se manter apenas por dois meses (Anbima, 2026).

Nesse contexto, a escola surge como espaço estratégico para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados ao uso do dinheiro. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de temas contemporâneos capazes de dialogar com a vida cotidiana dos estudantes, favorecendo aprendizagens aplicadas e interdisciplinares (Brasil, 2018). A educação financeira, nesse sentido, pode ser trabalhada em diferentes componentes curriculares, abordando desde orçamento doméstico e consumo responsável até juros, produtos do mercado bancário (como conta corrente, cheque especial, cartão de crédito, crédito pessoal e empréstimo consignado), produtos do mercado financeiro e de capitais (produtos de renda fixa, fundos de investimento, ações e criptomoedas) planejamento de longo prazo e projeto de vida.

Entretanto, a simples presença do tema no currículo não assegura a sua implementação qualificada. A efetividade das propostas pedagógicas depende, em grande medida, da formação dos professores responsáveis por mediar esse conteúdo em sala de aula. Muitos docentes da educação básica não tiveram contato, em sua formação inicial, com temas ligados ao sistema bancário, crédito, investimentos ou finanças pessoais, o que pode gerar certa “insegurança conceitual” e dificuldades metodológicas.

Ao discutir a profissionalização docente, Nóvoa (1992) destaca que a formação continuada não deve ser compreendida como mera acumulação de cursos ou certificados, mas como processo reflexivo articulado à prática cotidiana do professor.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e profissional (Nóvoa, 1992, p. 25).

Essa perspectiva é especialmente relevante para a educação financeira escolar, pois o professor necessita dominar conceitos básicos e, simultaneamente, traduzi-los em situações pedagógicas conectadas à realidade dos estudantes. Desse

modo, programas de formação continuada, materiais de apoio e acompanhamento técnico-pedagógico tendem a exercer papel decisivo para a consolidação do tema, principalmente nas redes públicas de ensino.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quanti-qualitativa. O objetivo da investigação consistiu em analisar o preparo docente para o ensino de educação financeira, identificar percepções iniciais sobre a temática e verificar mudanças observadas após ações de formação continuada desenvolvidas em redes municipais de ensino.

O recorte empírico compreendeu cinco municípios do estado do Ceará que adotaram material didático específico para educação financeira em suas redes públicas. Nessas localidades, o conteúdo passou a integrar a rotina escolar em aulas com duração mínima de uma hora semanal (em muitos casos, duas), favorecendo contato contínuo entre estudantes, professores e os temas trabalhados. A escolha do recorte cearense relaciona-se ao elevado grau de adesão institucional e ao acompanhamento sistemático das experiências implementadas.

A pesquisa utilizou amostra não probabilística de aproximadamente 400 professores da educação básica participantes dos processos formativos vinculados à implementação do programa. Essa amostra compõe os quase 2.200 professores da educação básica dessas cidades, divididos nos nove anos que compreendem o Ensino Fundamental I e o Ensino Fundamental II. Os docentes pertenciam, portanto, a diferentes etapas escolares e áreas do conhecimento (Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História e Ciências), em consonância com a proposta interdisciplinar atribuída à educação financeira no ambiente escolar.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos. Na etapa inicial, aplicou-se questionário diagnóstico destinado a identificar formação prévia, percepções sobre educação financeira, grau de segurança para lecionar o tema e compreensão acerca de sua inserção curricular. Após seis meses de acompanhamento e primeira fase da formação continuada, foi aplicado novo instrumento de pesquisa com o propósito de verificar alterações percebidas quanto à confiança pedagógica, domínio conceitual, uso do material didático, interesse discente e impactos pessoais relacionados à organização financeira.

Os instrumentos continham questões fechadas, escalas de percepção e perguntas abertas de resposta breve. Para fins analíticos, os itens foram organizados em dimensões temáticas relacionadas ao preparo docente, à compreensão da temática e aos efeitos da formação continuada, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Dimensões e indicadores investigados nos questionários.

Dimensão	Indicadores investigados
Formação prévia	Contato anterior com economia, finanças ou mercado financeiro.
Preparo docente inicial	Segurança para lecionar educação financeira.
Concepção curricular	Associação do tema à Matemática ou à interdisciplinaridade.
Domínio técnico	Conhecimento sobre consumo, crédito, mercado bancário e investimentos.
Situação financeira pessoal	Produtos bancários, investimentos, reserva de emergência e endividamento.
Uso do material didático	Clareza, suficiência e apoio à prática pedagógica.
Formação continuada	Participação nos encontros e principais dúvidas apresentadas.
Evolução profissional	Ganho de confiança e domínio após seis meses.
Impacto em sala de aula	Interesse discente e percepção de utilidade social do tema.
Adaptação local e barreiras	Ajustes ao contexto municipal, falta de tempo, excesso de demandas, uso da plataforma.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados quantitativos foram tratados por estatística descritiva simples, mediante frequências relativas e comparação entre os dois momentos da coleta. As respostas qualitativas foram examinadas por análise de conteúdo temática, buscando identificar padrões recorrentes nas manifestações dos participantes.

Ressalta-se que os resultados decorrem de percepções declaradas pelos respondentes e do contexto específico das redes municipais investigadas, não se pretendendo generalização estatística para o conjunto dos municípios brasileiros. Ainda assim, os achados oferecem evidências relevantes sobre desafios e potencialidades da implementação da educação financeira escolar em redes públicas municipais.

4. Resultados e Discussões

Os dados coletados no momento inicial da pesquisa indicaram que parcela relevante dos docentes ingressou no programa sem formação prévia consistente em temas relacionados à economia, finanças pessoais ou funcionamento do sistema financeiro. Cerca de 30% dos participantes declararam não possuir qualquer preparo para lecionar educação financeira, mesmo com o apoio do material didático disponibilizado pelas redes municipais. O resultado reforça a literatura que aponta a distância existente entre novas demandas curriculares e os conteúdos tradicionalmente ofertados nos cursos de formação inicial docente.

Também foi observada compreensão restrita acerca da natureza interdisciplinar da educação financeira. Aproximadamente 60% dos respondentes afirmaram, no diagnóstico inicial, que o tema estaria vinculado prioritariamente à disciplina de Matemática. Além disso, 55% associavam educação financeira quase exclusivamente a investimentos, bolsa

de valores ou aplicações financeiras, desconsiderando dimensões cotidianas como consumo, orçamento familiar, crédito, planejamento e tomada de decisão. Tais achados sugerem que o conceito ainda circula de forma limitada entre parte dos profissionais da educação básica.

No campo técnico, 75% dos professores relataram dificuldades ou desconhecimento em relação a termos mais específicos ligados ao mercado bancário, produtos financeiros e instrumentos de investimento. Esse dado ajuda a compreender o porquê de muitos docentes demonstrarem insegurança inicial para conduzir aulas sobre o tema. A presença de material específico, com linguagem aplicada ao cotidiano e exemplos envolvendo consumo, crédito, serviços bancários e organização financeira, mostrou-se relevante para reduzir barreiras conceituais e facilitar a apropriação pedagógica dos conteúdos.

Os resultados também revelaram aspectos da vida financeira dos próprios professores. Entre os participantes, 80% informaram não possuir investimentos em andamento no momento inicial da coleta. Entre aqueles que declararam investir, cerca de 90% concentravam seus recursos em caderneta de poupança ou em CDBs/RDBs de baixa complexidade, ofertados, principalmente, por bancos digitais ou estatais. Apenas 15% afirmaram possuir reserva de emergência equivalente a três meses de despesas correntes (despesas essenciais). Em levantamento reservado, aproximadamente 70% relataram possuir dívidas, sendo que parte desse grupo (35%) indicou dificuldades de adimplência. Tais evidências sugerem que a formação em educação financeira pode beneficiar não apenas a prática pedagógica, mas também a organização financeira pessoal dos docentes.

4.1. Levantamento após seis meses

Após seis meses de acompanhamento, com o uso do material técnico e lecionando a disciplina transversal, observou-se adesão significativa às ações formativas, com participação superior a 80% nos encontros on-line semanais, promovidos ao longo do período por parte da construtora do material específico de educação financeira, utilizado pelos docentes. As dúvidas mais frequentes concentraram-se em temas ligados ao mercado bancário e aos produtos de investimento, confirmando lacunas já identificadas no diagnóstico inicial. Ao final do ciclo formativo, 72% dos professores relataram aumento de confiança para tratar da temática em sala de aula, enquanto 63% afirmaram perceber melhorias em hábitos relacionados ao consumo, à capacidade de poupança e à constituição de reserva financeira.

No plano pedagógico, 85% dos respondentes avaliaram positivamente a estrutura do material do professor como instrumento de apoio à condução das aulas. Além disso, 78% relataram elevado interesse dos estudantes pelo tema, e 69% consideraram que a educação financeira apresentava forte conexão com a realidade social dos alunos. Merece destaque, ainda, o fato de 32% dos docentes afirmarem ter realizado adaptações no material, incorporando exemplos locais, situações comunitárias e especificidades de seus municípios. O dado sugere apropriação ativa da proposta pedagógica, e não mera reprodução mecânica dos conteúdos.

Entre os obstáculos relatados durante a implementação, destacaram-se falta de tempo para estudos complementares (44%), excesso de demandas profissionais (51%) e dificuldades no uso da plataforma virtual de aprendizagem (24%). Em contrapartida, apenas 22% relataram dificuldades relevantes para integrar o conteúdo à rotina escolar, o que indica boa compatibilidade entre a proposta e o cotidiano das redes participantes.

Em conjunto, os resultados indicam que a principal barreira à consolidação da educação financeira escolar não reside em rejeição docente ao tema, mas em lacunas formativas acumuladas ao longo da trajetória profissional. Quando acompanhados por materiais adequados, formação continuada e suporte técnico-pedagógico, os professores tendem a responder positivamente, ampliando sua segurança didática e reconhecendo a utilidade social da temática no ambiente escolar.

5. Conclusões

O presente estudo buscou analisar o preparo docente para o ensino de educação financeira em redes municipais cearenses, bem como identificar percepções iniciais, dificuldades recorrentes e efeitos observados após ações de formação continuada. Os resultados evidenciaram que a inserção da temática no ambiente escolar encontra receptividade significativa entre os professores, porém convive com lacunas formativas importantes relacionadas ao domínio conceitual, à segurança pedagógica e à compreensão mais ampla do campo da educação financeira.

No diagnóstico inicial, parcela expressiva dos participantes associava o tema prioritariamente à disciplina de Matemática ou a conteúdos ligados exclusivamente a investimentos e mercado financeiro. Também foram identificadas dificuldades em tópicos relacionados ao crédito, produtos bancários, planejamento financeiro e terminologias específicas do setor. Tais achados sugerem que a ampliação curricular da educação financeira, por si só, não assegura implementação qualificada. A presença do conteúdo na escola exige mediação docente consistente, o que depende de processos formativos adequados.

Ao longo do período analisado, os dados indicaram que a combinação entre formação continuada, material didático estruturado e acompanhamento sistemático favoreceu avanços relevantes. Houve aumento declarado de confiança para lecionar o tema, boa adesão às atividades de formação e avaliação positiva dos instrumentos pedagógicos utilizados. Além disso, parte significativa dos docentes relatou benefícios em sua própria organização financeira, especialmente em aspectos ligados ao consumo, à poupança e à reserva de emergência. O resultado reforça a percepção de que o professor, nesse campo, não atua apenas como mediador do conhecimento, sendo sujeito diretamente impactado pelo processo educativo.

Outro aspecto relevante diz respeito à resposta discente percebida pelos participantes. O elevado interesse dos estudantes e a avaliação de que o tema dialoga com a realidade social local indicam que a educação financeira pode ocupar papel de relevância na formação escolar contemporânea. Em contextos marcados por endividamento familiar, consumo impulsivo, informalidade econômica e baixa cultura de planejamento, a escola tende a funcionar como espaço legítimo de orientação inicial e desenvolvimento de competências práticas para a vida cotidiana.

Os resultados também sugerem que políticas públicas voltadas à educação financeira escolar devem considerar a formação docente como o principal eixo de implementação. A simples distribuição de materiais ou previsão curricular tende a produzir efeitos limitados quando não acompanhada de suporte técnico contínuo. Redes municipais que pretendam consolidar o tema em suas rotinas escolares podem obter melhores resultados ao combinar carga horária específica, recursos didáticos adequados, acompanhamento institucional e espaços permanentes de capacitação.

Como limitações do estudo, destacam-se o uso de amostra não probabilística, o recorte territorial concentrado em alguns municípios cearenses e a utilização de percepções declaradas pelos respondentes. Tais elementos recomendam cautela quanto à generalização estatística dos resultados. Ainda assim, a pesquisa oferece evidências relevantes sobre desafios concretos e caminhos possíveis para a implementação da educação financeira em redes públicas municipais.

Por fim, conclui-se que a consolidação da educação financeira na escola depende menos de resistência docente e mais de condições efetivas de formação, apoio e continuidade. Quando essas condições estão presentes, os professores tendem a incorporar o tema de forma positiva, adaptá-lo à realidade local e reconhecer o seu valor social e pedagógico. Pesquisas futuras podem ampliar o debate por meio de comparações entre estados, análises de desempenho discente e acompanhamento longitudinal dos impactos gerados por programas dessa natureza.

Referências

- Anbima (2026). 9ª edição do raio x do investidor brasileiro. Acesso em: 18 abr. 2026.
- Banco Central do Brasil (2026). Relatório de cidadania financeira. Acesso em: 17 abr. 2026.
- Brasil (2018). Base nacional comum curricular (bncc). Acesso em: 12 abr. 2026.
- CNC (2026). Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (peic). Acesso em: 14 abr. 2026.
- Lusardi, A. e Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1).
- Nóvoa, A. (1992). Formação de professores e profissão docente. In Nóvoa, A., editor, *Os professores e a sua formação*. Dom Quixote, Lisboa.
- OECD (2005). Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. Acesso em: 13 abr. 2026.
- OECD (2020). Financial literacy and financial education: Oecd/infe evidence, policies and practice. Acesso em: 16 abr. 2026.
- Serasa Experian (2026). Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil. Acesso em: 16 abr. 2026.